

## JOVENS DA EJA NA “ILHA DA MAGIA”: CONDIÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO.

## JÓVENES DE LA EJA EN LA “ISLA DE LA MAGIA”: CONDICIONES DE TRABAJO, EDUCACIÓN Y MIGRACIÓN.

## YOUNG PEOPLE OF EJA (YOUTH AND ADULT EDUCATION) IN THE “ISLAND OF MAGIC”: WORKING CONDITIONS, EDUCATION AND MIGRATION.

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.26110>

Mariléia Maria da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa os resultados de uma pesquisa sobre as condições de trabalho para os jovens da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no município de Florianópolis, no período de 2014-2015, tendo como ponto de partida as relações entre a escola e o trabalho. Desmitifica o constructo da “Ilha da Magia” e problematiza a noção de inclusão social como solução aos problemas que são de ordem estrutural do capital. Discute o perfil dos jovens matriculados na EJA em Florianópolis. Finalmente, aponta para uma breve reflexão sobre o fenômeno da migração como um dos elementos fundamentais a caracterizar a condição da classe trabalhadora na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** EJA, Trabalho, Migração, Escola.

**Abstract:** El estudio analiza resultados de una investigación sobre las condiciones de trabajo para los jóvenes de la EJA (Educación de Jóvenes y Adultos) en el municipio de Florianópolis, en el período de 2014-2015, teniendo como punto de partida las relaciones entre la escuela y el trabajo. Desmitifica la idea construida a respecto de la “Isla de la Magia” y problematiza la noción de inclusión social como solución a problemas que en realidad son de orden estructural del capital. Por fin, apunta una breve reflexión sobre el fenómeno de la migración como uno de los elementos fundamentales que caracteriza la condición de la clase trabajadora en la contemporaneidad.

**Palabras clave:** EJA, Trabajo, Migración, Escuela.

**Abstract:** This article analyses the results of a survey on working conditions for young people of EJA (Youth and Adult Education) in the municipality of Florianópolis, in the 2014-2015 period, taking as its starting point the relationship between school and work. The article demystifies the construct of “Island of Magic” and problematizes the notion of social inclusion as solution to the problems that are structural order of the capital. Discusses the profile of young people enrolled in the EJA in Florianópolis. Finally, points to a brief reflection on the phenomenon of migration as one of the fundamental elements to characterize the condition of the working class in the contemporary times.

**Key-words:** EJA (Youth and Adult Education); Migration; Work; School.

### **Introdução:**

O presente artigo tem como propósito analisar as condições de trabalho para os jovens pertencentes à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Florianópolis, tomando como ponto de partida as relações que estes jovens estabelecem entre a escola e o trabalho. Isso posto, procura-se apreender a especificidade quando se discute o jovem trabalhador, que também é estudante, em um cenário de intensificação ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora, atentando para a particularidade

da Ilha de Santa Catarina. Trata-se de uma reflexão em torno dos dados quantitativos de uma pesquisa envolvendo os matriculados nos núcleos de EJA, no município de Florianópolis, no período de 2014-2015.

O artigo caminha em três direções, mas articula-se e converge para um único sentido. No primeiro tópico é apresentada uma reflexão em torno da alcunha “Ilha da Magia” e seus contrastes. Nesse caso, não de belezas naturais, mas de exuberante desigualdade social, procurando desmitificar a noção de inclusão social como solução aos problemas que são de ordem estrutural do capital. No segundo tópico, atém-se aos dados indicativos do perfil dos jovens matriculados na EJA em Florianópolis, particularmente no que se refere às condições de trabalho, renda e expectativa escolar. Por último, uma breve reflexão flagra o fenômeno da migração como um elemento fundamental a caracterizar a condição da classe trabalhadora no presente momento.

### ***Florianópolis: a “Ilha da Magia” em um cenário de conto de fadas: apontamentos sobre a pobreza e inclusão social.***

Devo começar com dois esclarecimentos referentes ao título deste item. Primeiro, “Ilha da Magia” é o apelido midiático imputado à Florianópolis. Procura-se aproveitar certa tradição folclórica de mitos e lendas vinculados às bruxas e seus enfeitiçamentos, cuja origem remonta às tradições lusitanas da idade média, para enaltecer as qualidades naturais que, de tão belas, tornar-se-iam contagiantes e mágicas. Isso atrairia os que por aqui passam, já que a cidade oferece paisagens exuberantes e suposta qualidade de vida. Sem dúvida um epíteto com finalidade publicitária para investimentos de toda ordem, especialmente àqueles afeitos ao setor do turismo e especulação imobiliária. O segundo esclarecimento é o de que o conto de fadas é aqui aludido como nas clássicas narrativas do gênero, com seres e lugares fantásticos em episódios repletos de soluções mágicas.

Unindo os sentidos das proposições, pode-se concluir que a “Ilha da Magia” é publicizada à feição de um cenário de conto de fadas. Porém, na realidade, apenas uma pequena parcela da população pode usufruir de suas benesses e encantamentos. Os excertos abaixo oferecem uma dimensão mais exata de como é construída a imagem da “Ilha da Magia”:

[...] 97% do território do município situa-se na Ilha de Santa Catarina, que se constitui de 46% de área de preservação permanente e é repleta de belezas naturais; com seis homicídios por grupo de até 1000.000 habitantes, é considerada a capital menos violenta do país; foi considerada pela ONU a segunda melhor cidade em índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, apresenta o menor índice de mortalidade infantil do país, constitui-se na segunda maior concentração de automóveis por habitantes do país; é a capital com a menor taxa de analfabetismo [...] dois terços da população pertencem às classes A, B e C; há uma extensa rede de micro-ônibus com ar condicionado e TV a bordo; cerca de 29.000 brasileiros, na sua maioria classe média, se mudaram para Florianópolis entre 1991 e 1996 [...] (VILELA, BATISTA, 2001 apud SUGAI, 2015, p. 24).

[Florianópolis é]: Cidade mais amigável do planeta - CONDÉ TRAVELLER - EUA, 2013; Vale do Silício da América do Sul BBC - Reino Unido, 2009; Um dos 44 lugares do mundo que você deve conhecer - THE NEWYORK TIMES - EUA, 2009; As pessoas mais bonitas do mundo - THE SUN - Reino Unido, 2014; Melhor destino de praias - Revista Viagem e Turismo Br 2015; Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia - UNESCO; Uma das 10 cidades mais dinâmicas do mundo - NEWSWEEK - EUA, 2006; Possui uma das mais belas 20 praias do mundo - CORRIERE DELLA SERA - ITA, 2010; O melhor lugar para se viver do Brasil. VEJA, 2001 (vivendofloripa, 2017).<sup>2</sup>

Em sentido oposto, as notícias sobre o aumento da violência em Florianópolis não deixam dúvidas de que se trata de uma cidade, como tantas, na qual a miséria de toda ordem está aí para atestar que a cruzada do capital não poupa nem mesmo as mais belas paisagens. Antes regozija-se, imprimindo uma sociabilidade perversa na qual o apagamento das contradições de classe se faz pelo discurso de uma atmosfera de solidariedade empresarial, pautada tanto no voluntariado e no empreendedorismo individual, quanto em ações conjuntas do empresariado travestidas de mutirões em prol da “qualidade de vida”.

Em uma perspectiva crítica, compreende-se que o conceito de sociabilidade se refere às condições objetivas e subjetivas nas quais as classes sociais produzem e reproduzem sua existência. Conforme Martins (2009), no capitalismo contemporâneo, tais condições foram substancialmente modificadas, revelando um novo padrão de sociabilidade que se expressa em uma educação política capaz de reduzir a sociedade civil à noção de “terceiro setor”<sup>3</sup> ou “sociedade civil ativa”, coroada por práticas de “voluntariado” e legitimando as empresas como “cidadãs”, ou organismos “socialmente responsáveis”. Assim, a nova sociabilidade do capital funda-se em novos preceitos de participação, cidadania e organização.

Ora, sabe-se que esses novos preceitos têm implicações diretas no ocultamento das contradições de classe e no estabelecimento de uma relação idílica de parceria entre capital e trabalho. No entanto, as condições materiais e objetivas teimam em evidenciar o real. Conforme dados da secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, houve um aumento de 166% de assassinatos em Florianópolis no ano de 2016, se comparado com o ano anterior<sup>4</sup>.

Em que pese tal realidade, Sugai (2015) aponta que há uma tentativa, desde os anos de 1980, de associar a capital catarinense com a imagem de *Ilha do primeiro mundo*<sup>5</sup> (p.25), equipada com boa infraestrutura, população com bom nível educacional, maior expectativa de vida e renda elevada. Trata-se, segundo a autora, de um discurso hegemônico consolidado no contexto das políticas neoliberais com o propósito de configurar uma gestão empresarial da cidade, na qual são definidos novos papéis e responsabilidades aos governos locais em associação com o capital. Essa cidade-empresa caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelo julgamento de que o sucesso ou o fracasso do “consensuado” na agenda global urbana deve-se à maior ou menor capacidade empreendedora e articuladora do governo local.

Disso decorre uma concepção de riqueza fundada na noção de que uma gestão local competente é capaz de promover a prosperidade, que ocorreria por meio de uma espécie de propagação “das camadas mais altas para as mais baixas” (RIZZO, 2002b apud SUGAI, 2015, p. 26). Nesta linha de raciocínio, a pobreza não é uma condição estrutural do capital, mas antes, o resultado de políticas equivocadas ou insuficientes que precisariam ser corrigidas.

Ainda que os preceitos supracitados se perfilam na mais surrada tese liberal do livre mercado, originária do século XVII, sua força de persuasão é inconteste. O agravante, porém, reside no fato de que parte das críticas a essas formulações liberais são provenientes de uma tradição supostamente de esquerda que, querendo negá-las, acabam por rumar para um terreno escorregadio. Se de um lado investem toda artilharia na contra-argumentação das teses liberais ou neoliberais, de outro concebem a pobreza como uma espécie de estado a ser superado mediante as políticas de inclusão, obstruindo a possibilidade de

compreensão da totalidade social, visto que a pobreza é tomada isoladamente, não como produto de uma relação social, conforme assevera Fontes (2010).

Netto (2013) é radicalmente didático na problematização da pobreza. Segundo o autor, nas últimas décadas a social-democracia tem nutrido a ideia de que os países capitalistas centrais estariam se deparando com um fenômeno novo, a chamada nova pobreza, supondo que a velha já teria sido resolvida. Sob esta ótica caberia pensar, portanto, em uma nova questão social para dar conta da natureza qualitativa e quantitativa da pobreza contemporânea. Ponderando se de fato existiria um “novo” a ser desvelado na questão social, Netto adverte que, se antes das formas capitalistas, a pobreza seria o resultado da condição de privação, própria de um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais; o pauperismo que se instala com os primeiros movimentos industrializantes na Inglaterra do final do século XVIII está em conexão direta com o aumento da capacidade social de produção de riqueza. Em suas palavras:

a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como *nova* precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da *moderna* barbárie, a barbárie capitalista (p.4).

Assim, ao aumento progressivo da capacidade de produção de bens e serviços, acresce o contingente de trabalhadores destituídos das condições materiais de vida. Aos poucos essa pobreza naturaliza-se e não faltarão soluções para amenizá-la, desde aquelas de estirpe conservadora vinculada ao filantropismo, às mais liberais e progressistas com suas diferentes tonalidades. Evidentemente que aqui não entra em discussão a base sobre a qual se assenta a dita “pobreza” na sociedade de classes: a propriedade privada dos meios fundamentais de produção. A compreensão de que a sociedade é marcada por uma divisão entre incluídos e excluídos acaba por produzir o consenso de que as desigualdades sociais, ainda que reconhecidas como fruto da natureza expropriadora do capital, podem ser combatidas mediante políticas de inclusão cujo alcance dependeria de sua escala de abrangência ou focalização. Políticas essas sempre tomadas como um campo de tensão a ser negociado e conciliado entre o Estado, os interesses do empresariado e os movimentos sociais.

Embora não tenha aqui a pretensão de apresentar todo o debate em torno das funções do Estado no capitalismo e suas implicações na educação, considero que o ciclo histórico que atravessamos, no qual o acirramento da luta de classes tem evidenciado distintos projetos de sociedade em disputa, impõe-se como tarefa primordial recuperar a natureza do Estado na tentativa de ampliar o horizonte de análise em torno da educação e, em particular, contribuir para problematizar a relação entre trabalho, educação e pobreza.

Assim, à luz das formulações de Lênin sobre a essência do Estado burguês, tal ilusão sobre uma possível conciliação entre interesses distintos não iria tão longe. Em seu clássico “O Estado e a Revolução”, escrito em 1917, no calor da Revolução Russa, adverte:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (2007, p. 25).

Sua obra foi produzida em um contexto no qual a guerra<sup>6</sup> tornou intolerável a situação das massas, tensionando a relação entre o Estado e a revolução proletária. Daí a preocupação de Lênin, plenamente sustentado em Marx, em desmitificar a natureza do Estado burguês, sobretudo entre os socialistas revolucionários e mencheviques que, nas palavras do autor, “caíram, imediata e completamente, na teoria burguesa da ‘conciliação’ das classes pelo Estado” (2007, p.26)

Tomando como pano de fundo essas considerações, nas quais a relação entre pobreza e riqueza não se explica e tampouco se resolve pelo simples argumento de maior ou menor investimento nas políticas de inclusão social e aumento da escolaridade, que apresento alguns elementos em torno das condições de trabalho dos jovens provenientes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Florianópolis.

***Quem são e onde estão os jovens da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Florianópolis: condições de trabalho e renda.***

Grande parcela de jovens e adultos trabalhadores, provenientes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem se constituído como público-alvo de políticas sociais com o fito de promover a chamada inclusão social. A própria noção de EJA parece ter sido “contaminada” por essa perspectiva. Conforme advertem Chilante e Noma (2009), em referência ao Parecer CNE/CEB 11/2000 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), “os incluídos seriam aqueles que têm acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e disponíveis no mercado” (p.232). Sob esse ângulo, os desempregados não estariam inseridos na cadeia produtiva, portanto, seriam os excluídos da sociedade. Para as autoras, em tom questionador, a noção central da Educação de Jovens e Adultos é a sua função reparadora. Assim, por meio da EJA, dever-se-ia incluir aqueles que, por razões diversas, estariam fora da escola. A inclusão no sistema educacional produziria uma espécie de efeito em cascata: inclusão na vida cidadã e inclusão no mercado de trabalho<sup>7</sup>.

Os dados da pesquisa relativos aos jovens matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Florianópolis<sup>8</sup> são ilustrativos para evidenciar que a relação entre escola e emprego é simplista e contribui para mistificar a própria noção da educação como um direito universal.

O material aqui analisado refere-se a um questionário aplicado em 2014, aos matriculados na EJA nos diferentes núcleos, com o objetivo de analisar o perfil socioprofissional e a relação que estabelecem entre a escola e o trabalho. Retornaram preenchidos 297 questionários<sup>9</sup>, dos quais 165 são constituídos por jovens de 15 a 29 anos, sendo 93 homens e 72 mulheres. Para os propósitos deste artigo interessa destacar a reflexão nessa faixa etária.

Os dados apontam que a maioria é de solteiros (58,18%) e uma parcela significativa reside com pais e/ou padrasto/madrasta. Chama a atenção o fato da maioria (54,26) já ter filhos e, dentre esses, 22,6% têm três ou mais filhos. A condição de moradia é outro elemento a ser destacado: mais da metade reside em imóvel que não é próprio (53,78). Viver de aluguel é a realidade para muitos.

Acresce-se, aos dados anteriores, a renda familiar e individual dos jovens investigados. Tanto em uma situação quanto na outra, a renda da grande maioria não ultrapassa dois salários mínimos, com uma

significativa piora quando se trata da renda individual (89,71%) em relação à renda familiar (61,99%). Porém, o agravante é flagrado quando comparamos a renda individual com o número de horas que trabalham (34,82% trabalham mais de 08 horas) e a quantidade de empregos que possuem (44,6% possuem mais de um emprego). Vale reiterar que estamos diante de um segmento de jovens trabalhadores que dedica boa parte de seu tempo a vender sua força de trabalho em troca de salários baixos e cuja possibilidade de ingresso no mercado de trabalho dá-se pelo trabalho simples.

Em Marx (2011), o trabalho simples é caracterizado por ser de uma natureza indiferenciada, significa dispêndio da força de trabalho que qualquer homem comum possui em seu organismo, sem que haja grande investimento formativo, diferentemente do trabalho complexo. Entende-se que, na origem do capitalismo industrial, o trabalho simples caracterizava-se pelo predomínio do saber prático. Já no capitalismo monopolista, a escola básica torna-se o *locus* por excelência de formação inicial para o trabalho, tendo em vista a racionalização do processo de trabalho produtor de mercadorias. O que atualmente se percebe é que, com a complexificação das atividades práticas, exige-se da escola sua divisão em níveis e modalidades de modo a organizar o saber prático e teórico em conformidade à divisão social e técnica do trabalho.

Interessante observar que, quando inquiridos sobre a relação entre a EJA e expectativas profissionais, os jovens investigados são expressivamente otimistas e esperançosos (Tabela 01). A crença na escola como meio que poderá ajudá-los no trabalho, desde o relacionamento laboral até a conquista de um emprego, é alta; e ligeiramente mais alta entre os homens.

Tabela 01. Escola contribui para o trabalho. Matriculados EJA Florianópolis 2014. Faixa etária 15 a 29 anos.

Contribui	Muito	+ ou -	Pouco	Nada	Não sabe	Total
<b>Relacionamento no trabalho</b>						
Mulheres	45	10	02	02	04	63
Homens	53	19	06	04	04	86
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>29</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>149</b>
<b>Desempenho no trabalho</b>						
Mulheres	44	10	04	02	03	63
Homens	53	17	06	02	06	84
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>27</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>09</b>	<b>147</b>
<b>Futuro profissional</b>						
Mulheres	60	01	04	00	01	66
Homens	73	03	08	00	04	88
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>04</b>	<b>12</b>	<b>00</b>	<b>05</b>	<b>154</b>
<b>Conseguir um emprego</b>						
Mulheres	61	00	02	01	03	67
Homens	71	05	09	00	01	86
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>05</b>	<b>11</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>153</b>

Fonte: Elaboração própria.

No entanto, quando se questiona em que medida a passagem pela EJA influenciou concretamente em suas condições de trabalho, o otimismo cede lugar a uma perspectiva menos positiva sobre a escola, já que as condições materiais e objetivas praticamente mantêm-se inalteradas, conforme se pode depreender dos dados: 84,82% informam que não houve aumento salarial depois que voltaram a estudar; 86,90% não obtiveram mudanças de cargo ou função e 81,65% não tiveram alteração positiva em relação ao seu contrato

de trabalho. Ou seja, o idealismo depositado na escola é paradoxalmente desfeito quando analisam concretamente a realidade vivida.

Aos dados elencados acrescenta-se que uma parcela importante dos jovens provenientes da EJA, investigados nesta pesquisa, constitui-se por estudantes que desde muito jovens ingressam no mercado de trabalho em empregos informais, temporários e subempregos, cuja característica marcante é a extrema precariedade. Nesses termos, a escola básica na totalidade da sociedade burguesa se coloca como espaço de formação para o trabalho simples, conforme sustentam Martins, Souza, Falleiros, Neves (2015), objetivando “as necessidades de assegurar a reprodução ampliada da força de trabalho, elevar progressivamente a produtividade do trabalho e, concomitantemente, assegurar a adaptação dos seres humanos às exigências culturais dominantes” (p.30). Portanto, pode-se considerar que o discurso da virtude na relação escola e trabalho tem uma função fundamental na sociedade de classes: negar que a educação se constituiu como “instrumento ideológico de controle do capital sobre a reprodução social” (TONET, 2016, p.100).

### ***A migração como alternativa que revela a intensificação da precarização das condições de trabalho.***

Para finalizar é relevante observar que 45,65% da amostra dos jovens de 15 a 29 anos, que respondeu a questão sobre seu estado de origem, não são provenientes do estado de Santa Catarina. Nos limites deste artigo não cabe propor uma reflexão aprofundada sobre o fenômeno da migração, no entanto, algumas considerações podem ser destacadas no que tange ao perfil dos jovens.

Vendramini e Espinosa (2016), em pesquisa realizada sobre a condição de migrante no processo de escolarização, ressaltam que a justificativa mais frequente que leva as pessoas a migrarem está relacionada à busca por melhores condições de vida. E, especificamente no que se refere à inserção dos filhos das famílias migrantes no mercado de trabalho, os autores assinalam que quanto maior é a precariedade de inserção de seus pais, mais prementes são as demandas para que os filhos, jovens ou crianças, disponham da força de trabalho para a ampliação da renda familiar. Também apontam que as dificuldades dos estudantes migrantes, no que diz respeito ao âmbito escolar, são de diversas ordens: o preconceito pelo sotaque diferenciado, pelas formas de vestimenta e características físicas, chegando até a sofrerem agressões físicas. Porém, destacam que o principal problema ainda está nas interrupções do ano escolar provocadas pela migração constante.

Para Vendramini (2017), ao abordar as interconexões entre migração e trabalho na realidade dos jovens do ensino médio de escolas públicas situadas em Florianópolis, o trabalhador se move, com frequência cada vez maior, para os mais diferentes destinos, como as pequenas e médias cidades, que tradicionalmente não estavam no roteiro dos imigrantes. Migram com o fito de simplesmente se reproduzirem como classe trabalhadora, em condições crescentemente mais inseguras e precárias. Ou seja, o que está em pauta é a “dialética mobilidade e permanência” (p. 433). Empregos informais e temporários, conjugados com o desemprego, ampliam a gravidade da situação.

Conforme a autora, em referência ao último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região sul, no período de 2005-2010, foi a que mais ampliou sua mobilidade espacial, contribuindo para isso o estado de Santa Catarina, cujo volume de imigrantes, em relação aos anos anteriores, teve um aumento de 59%. (IBGE, 2011; 2011b Apud VENDRAMINI, 2017, p. 433).

A chamada Grande Florianópolis<sup>10</sup> em 2010 ocupou a posição de destaque no recebimento de migrantes, tornando-se a segunda mesorregião do estado em número de imigrantes. Apoiada nos dados do IBGE (2011 apud VENDRAMINI, 2017) a autora ressalta que dos 421.240 habitantes de Florianópolis, 78.925 são migrantes.

Em um estudo sobre a inserção profissional dos jovens inscritos no Programa Projovem Trabalhador em Santa Catarina<sup>11</sup>, também se constata a presença significativa de pessoas provenientes de outros estados e/ou municípios. Nessa análise é refutada a tese segundo a qual a migração resultaria de um “poder atrativo” exercido por regiões com maior potencialidade econômica. O fenômeno das migrações contemporâneas deve ser compreendido como expressão de um processo de intensificação da precariedade laboral. Ou seja, a migração apresenta-se antes como uma fuga do que uma jornada em busca de prosperidade, impelindo os jovens a tentar o provimento da sobrevivência, sozinhos ou acompanhados de suas famílias, em condições mínimas e adversas na maioria das vezes.

Na referida pesquisa é destacada a noção de “circularidade prescrita pela precariedade” (p. 105) para caracterizar as condições de trabalho dos jovens trabalhadores investigados. Em outros termos, trata-se de jovens com experiências ocupacionais precoces, difíceis de serem comprovadas, posto que precárias e informais. O percentual de imigrantes é expressivo, e quando indagados sobre o que almejam no futuro profissional, seus horizontes circunscrevem-se ao plano do imediato, mormente vinculados àquilo que o mercado local lhes apresenta nos limites estritos do trabalho simples, estabelecendo-se um “circuito fechado que se caracteriza pela perpetuação da precariedade, uma espécie de círculo vicioso” (p.105).

Neste debate é fundamental destacar o que Fontes (2010) assinala como uma nova escala de disponibilização dos trabalhadores, sem precedentes, própria do capitalismo contemporâneo. Para a autora, a condição *sine qua non* para subordinar a existência social ao capital dá-se pela expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições sociais de produção, um processo histórico que no presente momento se intensifica mediante a disponibilização crescente da população mundial ao capital. Esse contingente de trabalhadores desprovidos dos meios de subsistência, e cada vez mais dependentes do mercado, ainda que permaneça em seu território de origem, soma-se à população urbana e enfrenta novas barreiras físicas, sociais e culturais. Estes trabalhadores são os

segregados atrás dos muros, destacados em guetos, favelas ou bairros distantes. [...] Apesar de serem os mais fragilizados, sua existência contribui para o reforço da subordinação do conjunto, pela pressão que exercem sobre os demais trabalhadores. Encontram-se movidos por sua própria vontade de integrar-se, de incorporar-se à nova vida (seja ela nova por ser urbana, por estar em outra cidade ou em outro país), de ter “direito à cidade” e, na contraface, são empurrados às atividades ilegais, a suprir mão de obras às variadas máfias (p. 52).

### ***Considerações finais***

Pelo presente artigo buscou-se apreender as condições de trabalho para os jovens da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no município de Florianópolis, no período compreendido de 2014-2015, mediante considerações sobre as relações entre a escola e o trabalho. Interessou, preliminarmente, problematizar a imagem midiática produzida em torno da cidade de Florianópolis, a cidade-empresa (SUGAI, 2015), e a maquiagem das contradições sociais. Dentre esse estratagema de mascaramento, destaca-se a noção de inclusão social tomada e propalada como solução aos problemas que são de ordem estrutural do capital.

Nessa direção, a sociedade seria marcada por uma divisão entre incluídos e excluídos. Assim, em decorrência desta compreensão, as desigualdades sociais, ainda que reconhecidas como resultantes da natureza expropriadora do capital, poderiam ser minimizadas mediante políticas de inclusão com a participação do Estado, empresariado e movimentos sociais.

As respostas dos jovens pesquisados sobre o que esperam da escola em termos profissionais - desde melhores condições de trabalho até aumento de salário -, não correspondem quando confrontados com a realidade objetiva no ambiente de trabalho. Ou seja, depositam esperanças na escola e dela esperam muito, mas na materialidade do cotidiano do trabalho nada têm de concreto, e a perspectiva de prosperidade se distancia.

Desmitificar o constructo de Florianópolis como cenário de contos de fada - cheia de oportunidades, dotada de excelência e inconfundíveis belezas naturais - associado ao discurso do empreendedorismo, voluntariado e superação da pobreza via políticas de inclusão, contribuíram para situar a análise da relação entre escola e trabalho para os jovens da EJA em um patamar no qual torna-se evidente reconhecê-los como trabalhadores sempre disponíveis a vender a sua força de trabalho, praticamente, a qualquer preço.

Assim posto, a migração deve ser apreendida como uma nova escala de disponibilização da classe trabalhadora, sem precedentes na história do capitalismo, como assinala Fontes (2010). São trabalhadores que, desprovidos dos meios de subsistência e esgotadas as possibilidades de inserção no mercado de trabalho no território de origem, tornam-se vendedores itinerantes de força de trabalho, somando-se à população urbana e enfrentando novas barreiras físicas, sociais e culturais na Ilha da Magia.

### ***Referências bibliográficas:***

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB11/2000** - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos.

CHILANTE, Edinéia Fatima Navarro; NOMA, A. K. Reparação da dívida social da exclusão: uma função da Educação de Jovens e Adultos no Brasil?. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33e, p. 225-237, maio, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639537>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

ESPINOSA, H. B.; VENDRAMINI, C. R. Migração e escolarização em uma escola pública em Florianópolis/SC. **Revista Pedagógica** (CHAPECÓ. ONLINE), v. 18, n. 38, p. 136-150, set./dez.,

2016. Disponível em: <

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3391>>. Acesso em 07 de março de 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; UFRJ Editora, 2010.

LENIN, Vladimir. I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Centauro, 2007.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social**: a construção da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Educação básica**: tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume 1. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

NETTO, José. P. Uma face contemporânea da barbárie. São Paulo, **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 01, 2013, p.1-39. Disponível em: <

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657> > Acesso em 20 de março de 2016.

SEBRAE/SC, **Santa Catarina em Números**: Macrorregião Grande Florianópolis. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 137p.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3 ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

VENDRAMINI, Célia. R. Jovens migrantes diante do desafio de trabalhar e estudar. **Contrapontos** (Online), v. 17, n. 3, p. 427-440, jul./set., 2017. Disponível em: <

<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/9662/6163>>. Acesso em 15 de dezembro de 2017

---

### Notas:

<sup>1</sup> Professora Associada no Programa de Pós-Graduação em Educação e vinculada ao departamento de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed/UDESC). ORCID: Email: [marileiamaria@hotmail.com](mailto:marileiamaria@hotmail.com)

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://vivendofloripa.com.br/home/>> Acesso em 20 fevereiro de 2017.

<sup>3</sup> Grifo nosso.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/seguranca/noticia/2016/06/assassinatos-disparam-em-florianopolis-em-2016-5822293.html>>. Acesso em dezembro de 2016.

<sup>5</sup> Grifos no original.

<sup>6</sup> Primeira Guerra Mundial (1914-18).

<sup>7</sup> Foge ao escopo deste artigo a discussão sobre o acesso à educação, na modalidade EJA, como uma política universal. A crítica não está, evidentemente, na luta pelo acesso à educação, mas na suposta capacidade de que o acesso à escola produziria a redução da pobreza, garantiria a inserção no mercado de trabalho e a mobilidade social.

<sup>8</sup> A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de Florianópolis, a cargo da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (SME), é composta por dez núcleos distribuídos entre a parte central, norte, sul e continental do município. As informações foram obtidas no Site da SME. <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=eja+++educacao+de+jovens+e+adultos&menu=15>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

<sup>9</sup> Não havia precisão, naquele período, no número de matriculados total e efetivamente frequentando a modalidade de ensino EJA em razão da característica do público que compõe esta modalidade de ensino, demandando da SME flexibilidade no período de matrícula e na exigência de frequência às aulas.

<sup>10</sup> A Grande Florianópolis é composta pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara.

<sup>11</sup> Projovem Trabalhador é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de promover a qualificação de jovens entre 18 a 29 anos, provenientes de famílias de baixa renda.

Recebido em: 03/04/2019

Aprovado em: 01/07/2019